

# **Associação de Santa Paula Frassinetti**

## **Estatutos**

### **Capítulo I**

#### **Da Natureza, denominação, sede e objecto**

##### **Artigo 1º**

###### **Denominação, natureza jurídica e sede**

A Associação de Santa Paula Frassinetti, adiante designada por associação, é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, sob a forma de associação de solidariedade social, constituída por tempo indeterminado, tem a sua sede em Lisboa, na Av. Marechal Craveiro Lopes, número um e rege-se pelas disposições da lei aplicável, pelos estatutos e por regulamentos internos.

##### **Artigo 2º**

###### **Âmbito de Acção**

1. O seu âmbito de acção abrange o território Nacional da Província Portuguesa das Irmãs Doroteias.
2. A associação integra estruturas descentralizadas designadas por delegações e sub-delegações.

##### **Artigo 3º**

###### **Objectivos**

1- A associação tem por objectivos:

- a) Criar e desenvolver serviços e actividades de apoio social e outras iniciativas que promovam o bem-estar e respondam às necessidades dos associados, famílias e comunidade;
- b) Cooperar com outras instituições e serviços, de forma a intensificar e qualificar a sua intervenção na comunidade;
- c) Promover actividades de natureza cultural, educativa e formativa, em especial entre os associados e suas famílias;
- d) Fomentar o espírito de união, de solidariedade e de entreaajuda e desenvolver iniciativas de voluntariado social.

## **Artigo 4º**

### **Actividades**

1. Todas as actividades da associação são desenvolvidas em benefício dos seus associados.
2. As actividades de apoio social são extensivas a quaisquer pessoas que se encontrem em situação de carência, em termos a regulamentar.

## **Artigo 5º**

### **Organização e funcionamento**

1. A organização, disciplina e funcionamento das estruturas referidas no nº2 do artigo 2º e dos diversos sectores de actividade constarão de regulamentos internos elaborados pela direcção e aprovados em assembleia geral.
2. A associação cooperará com outras instituições e com os serviços oficiais competentes, em ordem à obtenção do melhor aproveitamento dos respectivos recursos.

## **Artigo 6º**

### **Prestação dos Serviços**

1. Os serviços prestados pela associação são gratuitos ou comparticipados em regime de porcionismo, de acordo com os respectivos regulamentos, tendo em conta a situação económico-familiar dos utentes, apurada em inquérito a que se deve sempre proceder.
2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

## **CAPITULO II**

### **Dos associados**

## **Artigo 7º**

### **Qualidade de associado**

1. Podem adquirir a qualidade de associadas as pessoas que frequentaram estabelecimentos de ensino ou lares de estudantes dirigidos por Irmãs Doroteias.
2. A qualidade de associado pode também ser adquirida por familiares ou outras pessoas, que se proponham contribuir para a realização dos fins da associação, desde que propostos por associados.

## **Artigo 8º**

### **Categorias**

1- As categorias de associados são as seguintes:

- a) Associados Honorários – As pessoas singulares ou colectivas que contribuam de forma especialmente relevante, para a realização dos fins da Associação, através de donativos ou de serviços prestados;
- b) Associados Efectivos – As pessoas definidas no artigo sétimo que se propõem colaborar na realização dos fins da associação, obrigando-se ao pagamento de uma quota anual fixada pela Assembleia Geral.

2 – A admissão dos associados efectivos a que se refere o nº1 do artigo 7º é da competência da direcção.

3 - A admissão dos associados honorários e dos associados efectivos a que se refere o nº2 do artigo 7º é da competência da assembleia geral.

## **Artigo 9º**

### **Direitos e deveres**

1 – São direitos dos associados efectivos:

- a) Participar nas reuniões da assembleia geral;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
- c) Usufruir de todos os serviços prestados pela associação, nos termos regulamentares;
- d) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária nos termos do presente diploma;
- e) Examinar os livros, relatórios, contas e demais documentos, desde que se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo e o requeiram por escrito com a antecedência mínima de oito dias.

2 - São deveres dos associados efectivos:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas;
- b) Comparecer às reuniões da assembleia geral;
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentares e as deliberações dos corpos gerentes;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos.

## **Artigo 10º**

### **Sanções**

1 – Os associados que violarem os deveres estabelecidos no presente diploma ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão de direitos até cento e oitenta dias;
- c) Demissão.

2 – São demitidos os associados que, por actos dolosos, tenham prejudicado moral ou materialmente a associação.

3 – As sanções previstas nas alíneas a) e b) do nº1 são da competência da direcção.

4 – A demissão é sanção da exclusiva competência da assembleia geral, sob proposta da Direcção.

5 – A aplicação das sanções previstas no nº1 só se efectuará mediante audiência prévia obrigatória do associado.

6 – A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

## **Artigo 11º**

### **Condições do exercício dos direitos**

1 - Os associados efectivos só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos se tiverem em dia o pagamento das quotas.

2 - Os associados efectivos que não tenham um ano de vida associativo não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e d) do nº1 do artigo 9º.

3 - Não são elegíveis para os órgãos sociais os associados que tiverem sido condenados em Portugal ou no estrangeiro, em processo judicial por sentença transitada em julgado, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do sector publico ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.

4 - Não são elegíveis para os órgãos sociais os associados menores.

## **Artigo 12º**

### **Intransmissibilidade**

A qualidade de associado não é transmissível quer por acto entre vivos, quer por sucessão.



## **Artigo 13º**

### **Perda da qualidade de associado**

1 – Perdem a qualidade de associado:

- a) Os que pedirem a sua exoneração;
- b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante dois anos consecutivos;
- c) Os que forem demitidos nos termos previstos no presente diploma.

2 – No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se eliminado o associado que, tendo sido notificado pela direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de sessenta dias contados a partir da data de recepção da notificação.

3 -Oassociado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à associação não tem o direito de reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.

## **CAPITULO III**

### **Dos Órgãos Sociais**

#### **Secção I**

#### **Disposições Gerais**

### **Artigo 14º**

#### **Órgãos Sociais**

1 – São órgãos da associação, a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

2 – O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar o pagamento das despesas dele derivadas.

## **Artigo 15º**

### **Composição dos órgãos**

1 – A direcção e o conselho fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da associação.

2 – O cargo de presidente do conselho fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da associação.

## **Artigo 16º**

### **Incompatibilidades**

Nenhum titular da direcção e do conselho fiscal pode ser, simultaneamente, titular de outro dos órgãos da associação, incluindo a mesa da assembleia geral.

## **Artigo 17º**

### **Impedimentos**

1 – É nulo o voto de um membro dos corpos gerentes sobre assuntos que directamente lhe diga respeito e no qual esteja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às de cônjuges e respectivos ascendentes e descendentes bem como qualquer parente ou afim em linha recta ou no 2º grau da linha colateral.

2 – Os membros da Direcção não podem contratar directa ou indirectamente com a associação salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.

3 – Os membros dos corpos gerentes não podem exercer actividade conflituante com a actividade da Associação, nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da instituição, ou de participantes desta.

4 – Para efeitos do disposto no número anterior considera-se que existe uma situação conflituante:

- a) Se tiver interesse um determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transacção efectuada;
- b) Se obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.

## **Artigo 18º**

### **Mandatos dos titulares dos órgãos**

1 – A duração do mandato dos órgãos é de 4 anos e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição.

2 – Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao

trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.

3 – O presidente da associação ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

### **Artigo 19º**

#### **Responsabilidade dos titulares dos órgãos**

1 – As responsabilidades dos membros dos corpos gerentes são as definidas nos artigos 164º e 165º do Código Civil, sem prejuízo das estabelecidas nos presentes estatutos.

2 – Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam isentos de responsabilidade se:

- a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem, com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizeram consignar na acta respectiva.

### **Artigo 20º**

#### **Funcionamento dos órgãos em geral**

1 – Os corpos gerentes são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos titulares.

2 – As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3 – As votações respeitantes às eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto.

4 – Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.

5 – Os membros designados para preencherem as vagas referidas no número anterior apenas completam o mandato.

6 - Das reuniões e deliberações dos corpos gerentes serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da assembleia geral, pelos membros da respectiva mesa.



## **Secção II**

### **Da Assembleia Geral**

#### **Artigo 21º**

##### **Constituição**

- 1 – A assembleia geral é constituída por todos os associados efectivos admitidos há pelo menos um ano, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
- 2 – Os associados admitidos há menos de um ano e os associados honorários podem participar nas reuniões mas sem direito a voto.
- 3 – A assembleia geral é dirigida pela respectiva mesa que se compõe de um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário.
- 4 – Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

#### **Artigo 22º**

##### **Competências**

Compete à assembleia geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas competências legais ou estatutárias dos outros órgãos da Associação e, necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva mesa, da Direcção e do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;
- f) Deliberar sobre a aceitação da integração de instituições e respectivos bens;
- g) Deliberar sobre a criação de Delegações e Subdelegações da associação;
- h) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por actos praticados no exercício das suas funções;
- i) Aprovar a adesão e uniões, federações ou confederações;
- j) Aprovar o montante da quota anual.



## **Artigo 23º**

### **Convocação e publicitação**

- 1 – A assembleia geral deve ser convocada com pelo menos quinze dias de antecedência, pelo presidente da mesa ou seu substituto.
- 2 – A convocatória é afixada na sede da associação e remetida, pessoalmente a cada associado através de correio electrónico ou por meio de aviso postal.
- 3 – Independentemente da convocatória é obrigatório ser dada publicidade à realização da assembleia geral nas edições da associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da associação.
- 4 – Da convocatória deve constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.
- 5 – Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede e no sítio institucional, logo que a convocatória seja expedida para os associados.

## **Artigo 24º**

### **Funcionamento**

- 1 – A assembleia geral reunirá à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou trinta minutos depois com qualquer número de presenças.
- 2 – A assembleia geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

## **Artigo 25º**

### **Deliberações**

- 1 – Salvo o disposto no número seguinte as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples dos votos, não se contando as abstenções.
- 2 – As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas e), h) e i) do artigo 22º só serão válidas se obtiverem o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos votos expressos.
- 3 – No caso da alínea e) do artigo 22º, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de associados igual ou superior ao dobro dos membros dos corpos gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra.
- 4 – Sem prejuízo do disposto na lei sobre as deliberações nulas são anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o adiamento.

5 – A deliberação da assembleia geral sobre o exercício do direito de acção civil ou penal contra os membros dos corpos gerentes pode ser tomada na sessão convocada para a apreciação do balanço, relatório e contas de exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

## **Artigo 26º**

### **Votações**

- 1 – O direito de voto efectiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.
- 2 – Gozam de capacidade eleitoral activa ou passiva os associados com, pelo menos, um ano de vida associativa.
- 3 – Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue à data da respectiva reunião.
- 4 – Cada sócio não pode representar mais de um associado.

## **Artigo 27º**

### **Reuniões da Assembleia Geral**

- 1 – A assembleia geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
- 2 – A assembleia geral reunirá, obrigatoriamente, três vezes por ano:
  - a) No final de cada mandato, no mês de dezembro, para a eleição dos corpos gerentes;
  - b) Até trinta e um de março de cada ano, para aprovação do relatório e contas de gerência do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal;
  - c) Até trinta de novembro de cada ano para apreciação e votação do orçamento e programa de acção para o ano seguinte e do parecer do conselho fiscal.
- 3 – A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por iniciativa deste, a pedido da direcção ou do conselho fiscal ou a requerimento de, pelo menos dez por cento, dos associados no pleno gozo dos seus direitos.
- 4 – A reunião da assembleia geral extraordinária deve realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da recepção do pedido ou do requerimento.

### **Secção III**

#### **Da Direcção**

#### **Artigo 28º**

##### **Constituição**

1 – A direcção da associação é constituída por 5 membros, dos quais um presidente, um secretário, um tesoureiro e dois vogais que serão os delegados das delegações norte e sul.

2 – No caso da vacatura do cargo de presidente cabe à direcção escolher o membro que o substitui.

3 – Haverá, simultaneamente, 3 membros suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas, por designação dos restantes membros da direcção.

#### **Artigo 29º**

##### **Competências da Direcção**

Compete à direcção gerir a associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Promover e desenvolver todas as acções necessárias a uma boa concretização dos objectivos da associação;
- b) Elaborar os regulamentos Internos e submetê-los à aprovação da assembleia geral, se for caso disso, promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- c) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- d) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte;
- e) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- f) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da associação;
- g) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- h) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação.

#### **Artigo 30º**

##### **Competências do Presidente**

Compete ao presidente da direcção:

- a) Superintender na administração da associação orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da direcção, dirigindo os respectivos trabalhos, com direito a voto de desempate;



- c) Representar a associação em juízo ou fora dele;
- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de actas da direcção;
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente sujeitando, estes últimos, à confirmação ou rectificação da direcção na primeira reunião seguinte.

### **Artigo 31º**

#### **Competências do Secretário**

Compete ao secretário:

- a) Lavrar as actas das reuniões da direcção e superintender nos serviços de secretaria e de expediente;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da direcção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados.

### **Artigo 32º**

#### **Competências do Tesoureiro**

Compete ao tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas, conjuntamente com o Presidente;
- d) Apresentar mensalmente à direcção o balancete, em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade, economato e tesouraria.

### **Artigo 33º**

#### **Competências dos Vogais**

Compete aos vogais coadjuvar os restantes membros da direcção nas respectivas competências e exercer as funções que a direcção lhes atribuir.

### **Artigo 34º**

#### **Funcionamento da Direcção**

1 – A direcção reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do presidente e, obrigatoriamente, uma vez em cada mês.

2 – A direcção só pode deliberar com a presença de quatro dos seus membros efectivos, incluindo o presidente ou o vice-presidente.



## **Artigo 35º**

### **Forma de obrigar**

- 1 – A associação obriga-se com as assinaturas conjuntas de quaisquer três dos membros da direcção ou as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.
- 2 – Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.
- 3 – Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da direcção.

## **Secção IV**

### **Do Conselho Fiscal**

## **Artigo 36º**

### **Constituição**

- 1 - O conselho fiscal é composto por um presidente e dois vogais, os quais são, necessariamente, representantes das delegações norte e sul.
- 2 – No caso da vacatura do cargo de presidente será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal.
- 3 – Haverá simultaneamente 3 membros suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas.
- 4 – O cargo do presidente do conselho fiscal não poderá ser exercido por trabalhador da instituição.

## **Artigo 37º**

### **Competências**

- 1 – Compete ao conselho fiscal o controlo e fiscalização da instituição, podendo, nesse âmbito, transmitir aos restantes órgãos as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos e, designadamente:
  - a) Exercer a fiscalização da direcção podendo, para o efeito consultar a documentação necessária;
  - b) Dar parecer sobre o relatório e contas de exercício, bem como sobre o plano de acção e orçamento para o ano seguinte;
  - c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos submetam à sua apreciação;

2 – Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões da Direcção quando para tal forem convocados pelo Presidente deste órgão.

## **Capitulo IV**

### **Regime Financeiro**

#### **Artigo 38º**

##### **Receitas**

São receitas da associação:

- a) O produto das quotas dos associados e as eventuais contribuições complementares dos associados;
- b) Os rendimentos dos serviços prestados;
- c) Os rendimentos de bens e capitais próprios;
- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- e) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- g) Outras receitas.

#### **Artigo 39º**

##### **Património**

O património da associação é constituído por todos os bens que forem cedidos por outras instituições ou entidades para uso e fruição da associação, pelos bens expressamente afectos pelos associados fundadores à associação e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.

## **Capitulo V**

### **Disposições diversas**

#### **Artigo 40º**

##### **Extinção**

1 – No caso de extinção da associação, competirá à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.

2 – Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

3 – Pelos actos restantes e pelos danos que deles advenham à associação respondem, solidariamente, os titulares dos órgãos que os praticaram.

### **Artigo 41º**

#### **Casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, de acordo com a legislação em vigor.

Lisboa, 31 de outubro de 2015

A Mesa da Assembleia Geral